



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: PLENÁRIA-ORDINÁRIA - Nº 545/2021 - Plenário - 22/07/2021 das 18:00 as 23:59

Decisão: 338/2021

Referência: 2609011/2020 - Auto: 44561/2020

Interessado: FRIGOPEIXE INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADO EIRELI

EMENTA: a penalidade aplicada pelo auto de infração - FALTA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA - por infração ao(a) Art. 59 da Lei 5194/66; art. 73 da Lei 5194/66 combinado com art. 2º da Lei 6619/78.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 22 de julho de 2021, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Raimundo Humberto Cavalcante Lima, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal Frigopeixe Industria E Comercio De Pescado Eireli, CONSIDERANDO a Resolução no. 1.008/04-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei no. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas(profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; Considerando o que prevê também a Lei Federal nº 5.194/66, em suas disposições a seguir: "Art. 6º - Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo: a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais . "Art. 59 - As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico." "Art. 60 - Toda e qualquer firma ou organização que, embora não enquadrada no artigo anterior, tenha alguma seção ligada ao exercício profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na forma estabelecida nesta Lei, é obrigada a requerer o seu registro e a anotação dos profissionais, legalmente habilitados, delas encarregados." Considerando, ademais, que a referida empresa fora fiscalizada, em atividade, realizando serviços de engenharia (Indústria de beneficiamento e armazenamento de Pescado) no município de Tefé/Am, conforme Licença de Operação, emitida pelo IPAAM, em 14.6.2019. CONSIDERANDO que em 21/08/2020 o(a) autuado(a) tomou conhecimento do Auto lavrado por infração à Legislação profissional do Sistema CONFEA/CREA, sendo-lhe conferido o prazo para manifestação; CONSIDERANDO que os agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de fé pública; CONSIDERANDO que da decisão da câmara especializada e o parecer exarado pelo Conselheiro relator desta Câmara Especializada, DECIDIU por unanimidade, pelo(a) manutenção do(a) processo fiscal-relatório fiscal : 44561/2020 do(a) interessado(a) Frigopeixe Industria E Comercio De Pescado Eireli; Considerando os votos dos conselheiros em reunião ORDINÁRIA - Nº 3/2021 CEAGRO no dia 12/03/2021 que decidiram por meio da Decisão: 61/2021, por unanimidade, na manutenção do processo fiscal-relatório fiscal : 44561/2020 do(a) interessado(a) Frigopeixe Industria e Comercio de Pescado Eireli. CONSIDERANDO, por fim, que a decisão da câmara especializada o(a) autuado(a) poderá apresentar recurso ao Plenário do CREA-AM e o fez em 01/06/2021 no qual solicita o cancelamento da multa imposta considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por maioria, pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração nº 44561/2020, bem como o pagamento da penalidade (multa) imposta, corrigida na forma da Lei, gerados em desfavor da Pessoa Jurídica "FRIGOPEIXE INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADO EIRELI", em face à irregularidade "FALTA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA", devendo o autuado regularizar o fato gerador. Decisão proferida na 544ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Ademar Antonio Ferreira, Amarildo Almeida De Lima, Audinei Lima Leite, Carlos Malom Alencar Queiroz, Claudedir Malveira De Souza, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eirie Gentil Vinhote, Jackson Pantoja Lima, Joao Batista Ramos, Joao Claudio Ferreira Soares, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jose Josimar Soares, Jossandra Alves Damasceno, Kelly Ambrosio Neto, Marcelo De Almeida Conceição, Paulo Francisco Da Silva Ribeiro, Raimundo Humberto Cavalcante Lima, Roberval Sousa Protasio, Romina Alves Dos Santos, Samir Oliveira Salles, Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, Waldo Guimaraes Aparicio. Não houve voto contrário. Se abstiveram do voto os senhores Conselheiros: Janeth Fernandes Da Silva.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 22 de julho de 2021.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário